

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NA ÁREA DE DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SERGIPE – ARACAJU - 2016

CADERNO DE QUESTÕES

Data: 24/07/2016 – Horário: 08:00– Duração: 03 (três) horas
20 Questões Específicas de Direito - 01 Questão Subjetiva

Nome Completo:		
R.G.:	C.P.F.:	Número Inscrição:
Assinatura:		Data:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- A maior parte dos princípios do Direito Administrativo possui eficácia jurídica direta e imediata e exerce a função de diretrizes superiores do sistema, vinculando a atuação dos operadores jurídicos na aplicação das normas a respeito dos mesmos. Funcionam como diretrizes superiores do sistema, objetivando a correção das graves distorções que ocorrem no âmbito da Administração Pública e que impedem o efetivo exercício da cidadania. São princípios que se encontram positivados, implícita ou explicitamente.

(A) na Constituição Federal.
(B) nos livros de Direito Penal, Civil e Trabalhista.
(C) nos cursos universitários e cursos afins.
(D) nas grandes convenções e palestras.
- A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 37, rege que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios:

(A) Legalidade e Impessoalidade, apenas.
(B) Moralidade e Publicidade, apenas.
(C) Eficiência e Publicidade, apenas.
(D) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- O administrador está rigidamente preso à lei e sua atuação deve ser confrontada com a lei. Na atividade particular, tudo o que não está proibido é permitido; na Administração Pública, tudo o que não está permitido é proibido. Diante do exposto, é correto afirmar que se pode afirmar que o trecho refere-se ao seguinte princípio da Administração Pública:

(A) Moralidade.
(B) Legalidade.
(C) Impessoalidade.
(D) Publicidade.
- Apareceu, pela primeira vez, com essa denominação no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. O administrador deve orientar-se por critérios objetivos, não fazer distinções com base em critérios pessoais. Com base nos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta a que princípio a descrição faz referência.

(A) Publicidade
(B) Moralidade.
(C) Impessoalidade.
(D) Legalidade.
- Órgãos autônomos estão situados logo abaixo dos independentes e na parte superior da pirâmide administrativa; os órgãos hierarquicamente inferiores subordinam-se a eles. Desta forma, os órgãos autônomos são os subordinados aos chefes dos órgãos independentes. São órgãos autônomos:

(A) Ministério do Estado, Secretarias Federais, Consultoria Geral da República, Secretarias Estaduais e Municipais.
(B) Departamentos, Divisões, Gabinetes e Secretarias Estaduais.
(C) Secretarias Estaduais, Federais, Municipais e Serviços.
(D) Gabinetes, Procuradorias Administrativas e Consultoria Geral da República.
- Quanto às Organizações Sociais (Lei nº 9637/1998), pode-se afirmar que são associações civis, criadas nos moldes do Código Civil e credenciadas pelo Poder Público como organizações sociais. São, também, entidades com personalidade jurídica de direito privado. Diante do exposto, pode(m) se transformar em Organização Social os(as)

(A) Entidades Públicas e Órgãos Públicos, bem como as Associações Civis.
(B) Órgãos Públicos, apenas.
(C) Associações Civis, apenas.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NA ÁREA DE DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SERGIPE – ARACAJU - 2016

(D) Órgãos Públicos e Entidades Públicas, apenas.

7. De acordo com o artigo 4º, II do Decreto-Lei nº 200/1967, a Administração Indireta compreende as categorias de entidades, dotadas, como faz questão de consignar a Lei, de personalidade jurídica própria. Assinale a alternativa que apresenta quais são essas categorias.

(A) As autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.

(B) As autarquias e as fundações públicas, apenas.

(C) As empresas públicas, apenas.

(D) As sociedades de economia mista, apenas.

8. Assinale a alternativa que apresenta quais são os princípios que formam a estrutura do regime jurídico de Direito Público aplicáveis, basicamente, aos contratos administrativos.

(A) Alteração unilateral dos contratos e rescisão contratual, apenas.

(B) Alteração unilateral do contrato, rescisão unilateral, fiscalização da execução do contrato, aplicações de sanções e ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, quando o ajuste visa à prestação de serviços essenciais.

(C) Fiscalização da execução do contrato, aplicações de sanções e ocupação provisória de bens móveis, apenas.

(D) Alteração bilateral dos contratos e aplicação de sanções, apenas.

9. Princípios caracterizam a atividade como serviço público, bastando, portanto, a sujeição ao(s) princípio(s) para a atividade ser considerada serviço público. Diante do exposto, é correto afirmar que o(s) princípio(s) que rege(m) o serviço público é(são):

(A) Princípio da Generalidade, apenas, devendo os serviços públicos serem prestados a todos que deles necessitem, indistintamente.

(B) Princípio da Generalidade, Princípio da Continuidade, Princípio da Eficiência e Princípio da Modicidade.

(C) Princípio da Modicidade e Princípio da Continuidade, apenas.

(D) o Princípio Módico, unicamente, significando que os serviços públicos devem ser remunerados a preços módicos.

10. A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XVI, e artigo 95, parágrafo único, aborda sobre a acumulação de cargos públicos. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.

(A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto a de 3 cargos de professor.

(B) Aos juízes, é possível dedicar-se à atividade político-partidária desde que peça autorização a seus superiores.

(C) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto a de 2 cargos de professor com outro técnico ou científico.

(D) O juiz não goza das garantias de exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

11. No que tange ao serviço público, o artigo 175 da Constituição Federal da República diz que o usuário tem o direito de receber serviço público adequado. Sobre os requisitos que devem ser seguidos na prestação dos Serviços Públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Regularidade: o serviço tem que ser prestado com intervalos irregulares e tem de haver periodicidade na prestação do serviço.

(B) Continuidade: pode diminuir sua regularidade, mas nunca cessar, como é o caso do transporte coletivo que, em certas horas do dia, de acordo com o público interessado, vai diminuir sua frequência, mas não cessa.

(C) Segurança: trata-se de segurança pública o caso de um crime cometido por um passageiro em relação ao outro, dentro de um transporte coletivo.

(D) Modicidade das tarifas: não é uma característica de um serviço adequado.

12. O Poder Constituinte é o poder de elaborar uma nova Constituição, bem como de reformar a vigente. É correto afirmar que o Poder Constituinte é dividido em

(A) Secundário e Derivado, apenas.

(B) Originário e Derivado, no qual o Derivado possui como características o fato de ser inicial e é ilimitado juridicamente, bem como incondicionado, sendo ele autônomo.

(C) Originário e Derivado, em que o poder do Originário é limitado, e o poder do Derivado é ilimitado.

(D) Originário, tendo como uma de suas características o fato de ser incondicionado e autônomo; e Derivado, com características de ser limitado, subordinado e condicionado.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NA ÁREA DE DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SERGIPE – ARACAJU - 2016

13. A Doutrina costuma apontar como limitações ao Poder Constituinte derivado decorrente, que permite que os Estados-membros elaborem a sua própria Constituição, os seguintes princípios:
- (A) princípios constitucionais sensíveis (organizatórios) e estabelecidos (apontados ou enumerados).
 - (B) princípios constitucionais sensíveis, estabelecidos e extensíveis, este último que é subdividido em limites explícitos vedatórios; limites explícitos mandatários; limites inerentes e limites decorrentes.
 - (C) princípios constitucionais estabelecidos, conhecidos como sensíveis, e os princípios constitucionais extensíveis.
 - (D) princípios constitucionais sensíveis, estabelecidos, estes subdivididos em limites explícitos vedatórios; limites explícitos mandatários; limites inerentes e limites decorrentes e, por fim, os princípios constitucionais extensíveis.
-
14. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por princípios. Sobre estes, assinale a alternativa que apresenta **todos** eles.
- (A) Autodeterminação dos povos, independência nacional, defesa da paz, concessão de asilo político, prevalência dos Direitos Humanos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e, por fim, solução pacífica dos conflitos.
 - (B) Independência nacional, defesa da paz, concessão de asilo político, prevalência dos Direitos Humanos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e, por fim, solução pacífica dos conflitos.
 - (C) Autodeterminação dos povos, independência nacional, prevalência dos Direitos Humanos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, não intervenção, igualdade entre os Estados, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e, por fim, solução pacífica dos conflitos.
 - (D) Independência nacional, prevalência dos Direitos Humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e, por fim, concessão de asilo político.
-
15. Os direitos são bens e vantagens principais prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos por meio dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou prontamente os repara, caso violados. Sobre as características dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.
- (A) Imprescritibilidade; irrenunciabilidade; inalienabilidade; concorrência; limitabilidade; universalidade e historicidade.
 - (B) Imprescritibilidade ou irrenunciabilidade e universalidade ou historicidade, apenas.
 - (C) Universalidade e historicidade, apenas.
 - (D) Imprescritibilidade dos direitos fundamentais, que se perdem com o não uso.
-
16. Salienta-se que o brasileiro naturalizado pode ser elegível, desde que preenchidos alguns requisitos estabelecidos pela Constituição. No entanto, existem cargos que só podem ser ocupados pelo brasileiro nato. Neste sentido, são cargos **exclusivos** de brasileiros natos:
- (A) Presidente de uma empresa privada.
 - (B) Oficial das Forças Armadas e Carreira Diplomática.
 - (C) Diretor de uma unidade de ensino privada.
 - (D) Presidente de uma associação de moradores de bairro.
-
17. Com relação aos órgãos do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.
- (A) São: Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Supremo Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Tribunais e Juízes Eleitorais; Tribunais e Juízes Militares; Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
 - (B) São: Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal de Justiça, apenas.
 - (C) Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário.
 - (D) Somente fazem parte dos órgãos do Poder Judiciário Tribunais e Juízes Eleitorais; Tribunais e Juízes Militares; Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
-
18. Com relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que terão sede na Capital
- (A) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores.
 - (B) os Tribunais e os Juízes do Trabalho, somente.
 - (C) os Tribunais e os Juízes dos Estados.
 - (D) os Tribunais e os Juízes Militares e os Juízes do Trabalho.
-

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE

PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NA ÁREA DE DIREITO NA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SERGIPE – ARACAJU - 2016

19. Quanto à competência dos Juízes Federais, assinale a alternativa correta.
- (A) Processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais, os casos de crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.
- (B) Nas causas intentadas contra a União, poderão ser aforadas na seção judiciária de qualquer Estado, mesmo que o autor da ação não tenha seu domicílio ou, ainda, independentemente do lugar onde tiver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda.
- (C) Nas questões relativas às causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados, não sendo estendida aos seus beneficiários.
- (D) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional são de competência dos Juízes Estaduais.
-
20. Com relação às funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e o Advogado.
- (B) O Advogado não se enquadra dentro das funções essenciais à Justiça.
- (C) Os Procuradores dos Estados e Distrito Federal não se enquadram dentro das funções essenciais à Justiça.
- (D) As Defensorias Públicas Estaduais não têm autonomia funcional nem administrativa.

Número de inscrição:	Data de Nascimento: ___/___/___
----------------------	---------------------------------

FOLHA DE RESPOSTAS QUESTÃO PRÁTICA

Preencha seus dados com letra de forma utilizando caneta esferográfica azul ou preta.

Na avaliação considerar-se-á a clareza, a objetividade na exposição do raciocínio jurídico, bem como o domínio da língua portuguesa, além da formalidade da peça processual a ser produzida.